

# Arredores de *Bracara Augusta* – escavações arqueológicas na necrópole de S. Vítor, no contexto da via romana para *Aquae Flaviae*\* Francisco de Sande Lemos

## 1 Introdução

### 1.1

A Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) foi assinada em La Valetta (Malta), em 16 de Janeiro de 1992, por um conjunto de Estados Europeus, entre os quais Portugal, embora só tenha sido ratificada cinco anos depois, através da Resolução 71/97 da Assembleia da República, de 9 de Outubro. Um dos artigos da Carta de Malta, o 9.º, recomenda que os Estados promovam a consciência pública do património arqueológico. Neste âmbito, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho há vários anos que tem vindo a divulgar, junto do público de Braga, através de conferências, roteiros e produtos multimedia, os resultados do projecto de Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta*, uma das capitais do Império Romano.

---

\* Texto da conferência proferida a convite da Biblioteca Pública de Braga no dia 14 de Fevereiro de 2001, no Museu Nogueira da Silva.

Lamentamos, no entanto, que o público bracarense, português e europeu, ainda não tenha acesso a ruínas devidamente valorizadas, bem como às colecções do material recolhido (entre as quais existem peças de grande valor), conforme recomenda a alínea 2 do referido artigo 9.º da Carta de Malta. Porém, a tutela dos sítios arqueológicos classificados compete ao IPPAR (Instituto Português de Património Arquitectónico). Por sua vez, o Museu de D. Diogo de Sousa, revitalizado em 1981, com a finalidade de tratar o espólio de *Bracara Augusta*, depende do Instituto Português dos Museus. Confiamos que o retomar das obras, assumido na anterior legislatura (1995-1999), prossiga a bom ritmo de modo a que, dentro de dois ou três anos, o Museu esteja aberto a público.

Entretanto, julgamos que as conferências sobre Arqueologia, promovidas pela Biblioteca Pública de Braga (habitualmente no Museu Nogueira da Silva) e publicadas na revista *Forum*, têm contribuído para informar o público de Braga, e do país, sobre as principais descobertas e avanços na investigação.

## 1.2

O título da conferência de hoje<sup>1</sup>, “Os arredores de Braga – S. Vítor”, merece duas pequenas notas prévias. A palavra arredores é porventura anódina. Teria sido mais correcto recorrer ao termo subúrbios, directamente derivado do latim. De facto, *Bracara Augusta* foi uma urbe no sentido pleno da palavra, no contexto do Império Romano. Todavia, o uso da supracitada palavra banalizou-se, em excesso, nas últimas décadas. Poderíamos ter aplicado a palavra arrabaldes, mas esta, menos frequente, é de origem árabe e não tem sentido usá-la no norte da península, onde a influência islâmica foi muito limitada. Assim, preferimos o termo arredores, mais neutro.

Por outro lado, seria impensável abordar, numa única palestra, os valores arqueológicos que envolvem a cidade de Braga, de tal modo são abundantes e complexos. Esperemos que, na sequência desta nossa intervenção sobre a freguesia de S. Vítor, se realizem outras, pois urge sensibilizar os habitantes de Braga para o valor patrimonial do seu concelho.

Registadas estas observações prévias passamos ao tema deste artigo, a Necrópole de S. Vítor e o seu contexto, começando pelos trabalhos arqueológicos efectuados durante os meses de Julho e Outubro de 2000 no imóvel que faz gaveto entre as ruas de S. Vítor e de Martins Sarmiento (prédio n.º 194 a 204 da rua de S. Vítor) e que se situa em frente do canto sudeste da igreja (fig. 4).

## 2 Os trabalhos arqueológicos <sup>2</sup>

### 2.1 Estratégia e desenvolvimento das escavações

Estando previsto o acompanhamento da edificação de um novo imóvel, no lugar do antigo prédio, foi necessário dar seguimento à condicionante arqueológica imposta pelo Gabinete de Arqueologia do Município. De facto, logo que se derrubou o muro leste (rua Martins Sarmiento) e se abriu uma entrada para as máquinas, descobriram-se vestígios, com interesse, no logradouro <sup>3</sup>. No corte feito pela máquina, era visível o traçado horizontal de um pavimento antigo, em *opus signinum*, com o respectivo nível de preparação, o qual, por sua vez, assentava no substrato rochoso. Sobre o pavimento, notava-se um possível estrato de ocupação e, acima deste, solo revolvido.

Em função destes dados foi decidido:

- 1) acompanhar a abertura mecânica da vala para a implantação da cintagem em betão no local do prédio demolido;
- 2) abrir, paralelamente, uma frente de escavações na área do logradouro.

Por acordo entre a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, a responsabilidade dos trabalhos ficou a cargo da primeira entidade, enquanto que a CMB facultava uma equipa técnica <sup>4</sup>.

Por outro lado, estabeleceu-se uma boa colaboração com a empresa construtora, "Roriz e Oliveira", e com os responsáveis técnicos da obra.

Realizaram-se, assim, entre 12 de Julho e 3 de Outubro, trabalhos arqueológicos de acompanhamento e escavação<sup>5</sup>.

O acompanhamento das valas abertas pela máquina, a norte, para a cintagem em betão, revelou-se negativo<sup>6</sup>. É importante salientar este aspecto, pois que a terem existido estruturas da época romana, e mesmo que estivessem reduzidas aos negativos das valas de fundação, seriam facilmente detectáveis, tal como foram observados os alicerces da casa demolida.

Quanto à escavação arqueológica esta incidiu, numa fase inicial, sobre o pavimento de *opus signinum*, de boa qualidade, que se observava no corte aberto pela máquina, quando se derrubou, parcialmente, o muro que dá para a rua Martins Sarmento e principiaram os trabalhos de demolição do prédio, tal como já referimos.

Para identificar o pavimento, a sua extensão, características e cronologia foi definida uma quadrícula de 2 por 2 metros, orientada sudeste-noroeste, paralela ao limite oeste do prédio e seu logradouro, mantendo uma distância de meio metro em relação a esse limite, por motivos de segurança<sup>7</sup>.

A quadrícula foi, portanto, adaptada à morfologia do imóvel, solução que considerámos mais operacional.

Os quadrados foram numerados de oeste para leste e de sul para norte (ver fig. 5).

Foi marcado um ponto zero, de apoio, com a cota absoluta de 190, 27 metros, no passeio da rua Martins Sarmento e um ponto auxiliar no muro nascente do logradouro.

Na primeira fase dos trabalhos foram abertos os quadrados G2, G3, F2, F3, E2 e E3. Convém referir que os quadrados com o número 3 apenas possuíam uma pequena área de escavação efectiva, uma vez que o solo com interesse arqueológico fora cortado pela máquina, sendo visível o substrato rochoso (arena granítica).

O objectivo inicial, recordamos, era determinar a extensão do pavimento e apurar a sua cronologia.

Contudo, a sul, no sector F2, parcialmente selada pelo pavimento, deparámos, com uma sepultura, aberta no saibro, embora já violada, ou seja sem cobertura e com o interior revolvido. Foi, pois, violada antes, ou na altura, em que se construiu o pavimento de *opus*.

A descoberta desta sepultura, que foi registada com o n.º 1, ditou o alargamento para sul da área a escavar.

Assim, a quadrícula foi estendida nesse sentido, abrindo-se mais quatro valas: C2, C3, D2 e D4. Descobriram-se, deste modo, mais três enterramentos. Infelizmente, nenhum deles intacto, nem completo. A sepultura 2, fora cortada a oeste pela vala de abertura de um poço meeiro. Nas faixas leste e sul das supracitadas valas, foram identificadas duas novas sepulturas, cujos vestígios se limitavam ao negativo escavado na rocha, preenchidas com sedimentos de cor castanha, que contrastavam com a tonalidade clara da arena granítica. Estas sepulturas foram designadas com os números 3 e 4.

Adivinhando-se que a necrópole ainda continuava mais para sul decidiu-se prosseguir o estudo do terreno até ao extremo do logradouro.

Neste extremo o estrato superior, correspondente ao solo de ocupação do logradouro, foi retirado com o recurso a uma máquina. De facto, nesta área, eventuais estratos mais antigos foram revolvidos por várias intervenções antrópicas: pela construção do muro de pedra que delimitava a nascente o terreno; pelos muros limítrofe sul e poente; e, ainda pela vala de abertura do já referida poço meeiro, habitual nas construções da Idade Moderna e Contemporânea, na cidade de Braga.

Para o efeito, mais uma vez, a quadrícula foi projectada para sul, numa área correspondente a seis quadrados de dois por dois: B2, B3 e B4; A2, A3 e A4.

Assim, a uma cota inferior, foi possível identificar e escavar mais 3 sepulturas abertas na rocha, embora todas elas saqueadas.

Nesta zona a escavação foi muito condicionada pela necessidade de deixar um espaço em redor do poço, de modo a evitar que este ruísse.

Em síntese, após os sucessivas alargamento da quadrícula, a par do pavimento, foram descobertas sete sepulturas.

Os registos científicos, desenhos e fotografias (a preto e branco e a cores), bem como o espólio, devidamente marcado, encontram-se à guarda do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.

## 2.2

### O pavimento em *opus signinum*

O principal, e mais interessante testemunho, exumado, foi, sem dúvida, o pavimento de *opus signinum*. Estendia-se de sul para norte, ao longo do conjunto de quadrados acima enunciados. Nesse sentido, sul-norte, tinha uma extensão máxima conservada de 3,35 metros (fig. 6). Ocupava, pois, metade das valas G2 e G3, e as F2 e F3 por inteiro. Já em F2 e F3 apenas se registaram dois fragmentos do pavimento, de reduzido tamanho.

Quanto à dimensão leste-oeste do *opus signinum* o comprimento máximo era de 2,60 metros. Contudo, recordamos que a nascente fora cortado pela máquina e que a poente se estende, aparentemente, para o logradouro do prédio contíguo.

Deste modo, não é possível facultar as suas dimensões efectivas.

Fica, mesmo, em dúvida, a sua forma.

De facto, não foram detectadas as paredes laterais do *opus*, o que teria auxiliado a sua compreensão.

Estas são as contingências da Arqueologia Urbana.

Numa leitura pessoal, pareceu-nos, inicialmente, que seria rectangular e que o seu eixo maior seria no sentido leste-oeste.

Seria um mausoléu? Ou pequeno templo, um *fanum*?

Todavia, quer fosse um mausoléu, quer um templo, teria mais sentido que a sua fachada principal estivesse voltada para a via XVII, e, assim, o seu eixo maior seria sudeste-noroeste, orientado de acordo com a malha da cidade romana.

Directamente sobre o pavimento assentava um mosaico policromado de que apenas restou um pequeno, mas elucidativo testemunho, no quadrado F2 (fig. 7).

Por outro lado, registou-se um tijolo quadrangular (46 por 34 centímetros), também no mesmo sector, ao qual se sobrepunha um segundo, quadrangular e ligeiramente menor (34 por 34 cm). Podemos admitir que estes dois tijolos constituem os vestígios de pilares de tijoleira que suportavam a armação do telhado, a qual, por certo, cobria o pavimento (fig. 8).

Numa intervenção anterior, ocorrida em 1957 na rua Martins Sarmiento, sobre a qual adiante daremos mais detalhes, foram recolhidas, segundo os autores, três bases de colunas (Pinto e Athaíde 1957)<sup>8</sup>. Teriam integrado a fachada principal deste pequeno edifício?

Delimitada a área do pavimento de *opus*, este, depois de registado em desenho e fotografia, foi desmontado.

Nem na argamassa, que constitui o *opus*, nem no estrato de preparação foram recolhidos materiais.

A cronologia deste pavimento suscita, pois, algumas dúvidas.

Na verdade, em quase toda a sua extensão o pavimento assentava, directamente, sobre o substrato rochoso.

Contudo, no extremo sul, sob o *opus*, escondia-se uma sepultura. É neste ponto que se torna possível encontrar indícios para datar o pavimento. De facto, a sepultura estava coberta por um estrato de aterro, sobre o qual, nesta área, assentava a preparação do *opus signinum*. Os materiais recolhidos nesse estrato correspondem a um largo espectro. Cerâmica da época romana: diversos fragmentos de cerâmica comum alto-imperial e, em particular, 1 fragmento de uma taça de pé alto de *terra sigillata* hispânica, forma 94, cuja produção se situa entre 75 e 148 e apogeu de 90 a 130. Mas, também, algum material mais tardio, que pode ser incluído no quadro das cerâmicas cinzentas dos séculos IV-V. Assim, pensamos, o pavimento terá sido edificado nos séculos IV ou V, no período tardo-romano.

Admitimos, portanto, a hipótese de se tratar de um pequeno templo paleo-

-cristão, levantado sobre um espaço funerário estabelecido no Alto-Império, atendendo aos materiais recolhidos no interior das sepulturas.

Sobre o *opus* não identificámos nenhuma unidade estratigráfica que correspondesse ao uso do pequeno edifício.

Registámos, apenas, um estrato de abandono, antigo, no qual se recolheram cerâmicas importadas do século IV (cerâmica africana produção D), a par de cerâmica cinzenta de produção local, datável dos séculos V e VI. Entre estes materiais recolheram-se algumas cerâmicas modernas, mas em escasso número, transportadas para níveis inferiores pelas raízes das árvores que existiam no logradouro, ou pela actividade de pequenos animais.

Sobre a unidade que assinala o abandono, ou desmantelamento do templete, desenvolve-se um solo, mais espesso, com dois horizontes, solo correspondente ao uso do logradouro como espaço complementar do prédio.

## 2.3

### A necrópole

Nesta escavação foram descobertas sete sepulturas. Estas estavam todas orientadas (eixo maior) no sentido leste/nordeste – oeste/sudoeste (fig. 9).

O formato é rectangular.

Das sete identificadas só é possível indicar o comprimento de duas (números 6 e 7), das quais apenas resta o negativo aberto no saibro (já que as restantes estavam truncadas): 2,0 e 1,9 metros respectivamente.

Quanto à largura das cavidades varia entre 1,20 e 0,60 metros.

Na verdade, o comprimento do fundo da sepultura 1 é de 1,20 e a sua largura de 0,80 (as paredes laterais teriam, mais ou menos, 30 a 40 cm).

O fundo da sepultura 2 atinge 1 metro de largura.

Estes dois túmulos, os melhores conservados de todo o conjunto, além de violados, foram, também, saqueados, posteriormente, no mesmo contexto em que se desmontaram os muros que ladeavam o pavimento de *opus*. No caso da sep. 1 foram, assim, destruídos os muros que a definiam a sul e a poente. Mesmo a parede norte foi, parcialmente, truncada. Apenas se conservou o fundo, forrado a tijoleira, cuidadosamente assente sobre o substrato rochoso (figs. 10 e 11).

O saque da pedra terá ocorrido numa época tardia, pois que, na vala de revolvimento, se encontraram cerâmicas atribuíveis ao período alto-medieval.

Apesar de terem sido saqueadas a classificação dos materiais, recolhidos nos sedimentos do fundo das sepulturas, revelou, exclusivamente, séries homogéneas.

De facto, no estrato junto ao fundo da sepultura 1 apenas se recolheram fragmentos de cerâmica comum grosseira, micácea, do Alto Império.

Quanto à sepultura 2 o espólio é mais expressivo: para além de numerosos fragmentos de cerâmica comum alto-imperial, foi recolhida uma pedra de anel, um fragmento de vidro verde gelo (forma indeterminada, século I ou II), um fragmento de *terra sigillata* hispânica (forma Drag. 27; 2.<sup>a</sup> metade do século I); um fragmento indeterminado de paredes finas da *Baetica* (período flávio).

Escavada na rocha e com o fundo forrado com tijoleiras, à semelhança da 1, as paredes laterais da sepultura 2 eram formadas por régulas, tal como a cobertura, de que se conservaram alguns elementos, no lado sul (figs. 12 e 13).

Nas sepulturas 3 e 4 recolheram-se fragmentos de cerâmica comum romana.

Com todas as reservas indispensáveis, pois trata-se de túmulos saqueados, é elucidativa a ocorrência de materiais do Alto-Império, a par da ausência de cerâmicas tardias. Trata-se de sepulturas de inumação, com paralelos na necrópole da Via XVII e na de S. Lázaro, descoberta no jardim da sede da Santa Casa da Misericórdia de Braga<sup>9</sup>.

Para sul a necrópole de S. Vítor continua sob o jardim da Escola adjacente.

Para leste estabeleceu-se a ligação, com a necrópole descoberta em Janeiro de 1957 quando se abriu a rua Martins Sarmento. Convém referir que aquela rua correspondeu ao alargamento de uma antiga Cangosta, dita dos Torneiros, sobre a qual voltaremos a falar, por ser o testemunho de um *diverticulum* da malha envolvente de *Bracara Augusta*.

Na altura (1957), a obra foi suspensa e a Câmara procedeu à escavação e a um registo sumário dos enterramentos tendo sido publicado um breve relatório na revista *Bracara Augusta*, assinado pelos Drs. Sérgio da Silva Pinto (vereador da Cultura da CMB e bolsheiro do Instituto da Alta Cultura) e Alfredo de Athaide (do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto).

No texto não é indicado o número exacto de sepulturas. De formato “trapezoidal”<sup>10</sup> estavam orientadas no sentido nascente-poente. Algumas eram revestidas com uma cobertura formada por lajes de granito, que selavam sepulcros de caixa, formados por pedras e tijoleira, ou por tégulas. O fundo era revestido a tijoleira. As dimensões variáveis. São apontadas as seguintes: “...1,93x0,50x0,50m; 1,60x0,50x0,43m; 1,40x0,47x0,36m; 2,00x0,50x0,60m”.

Não foi, aparentemente, recolhido espólio votivo.

Numa das sepulturas foram recolhidos elementos osteológicos examinados pelo Doutor Alfredo Athaide do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. O relatório deste estudo é bastante sucinto, concluindo-se que na sepultura estavam depositados os restos de três indivíduos, sendo um deles um adulto de sexo masculino, robusto e outra uma criança de “cerca de 6 anos”. Os elementos pertencentes a uma terceira pessoa não permitiram deduções conclusivas, segundo o autor.

Sérgio Pinto considera que a necrópole se insere num contexto alto-medieval (séculos IX-X), ou seja no âmbito da reconquista cristã.

Avelino Jesus da Costa, nas suas investigações sobre a História da Diocese de Braga, procurou obter a opinião de especialistas. Assim, Mário Barroca, numa carta de resposta às questões suscitadas por aquele historiador, escreveu: “Não se trata de uma necrópole da Reconquista, mas sim do período paleo-cristão. Poderá ser do séc. IV ou V, se atendermos a que o modo de enterramento ainda é muito próximo do pagão, com uso de tégulas e tijolo, apenas

se distinguindo das sepulturas pagãs por não apresentarem a mesma orientação e por não possuírem no seu interior o espólio arqueológico característico (vasilhas, etc.). Trata-se, portanto, de uma necrópole de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média ..." (transcrita em Costa 1997, 104).

De facto, pela sua orientação, estruturas e dimensões as sepulturas achadas em 1957 não se diferenciam muito das que foram escavadas no Verão de 2000.

Infelizmente, a tipologia construtiva das sepulturas não sofreu grandes alterações entre o Alto-Império e a Antiguidade Tardia. Assim o demonstra a comparação entre as sepulturas de *Bracara Augusta*: necrópoles da via XVII/Largo Carlos Amarante (Martins e Delgado 1989/90) e de S. Lázaro, ambas datáveis do Alto Império; e as da Antiguidade Tardia: várias dezenas, escavadas na necrópole da via XVII, na Cangosta da Palha (Martins e Delgado 1989/90). Neste último núcleo, onde quase todas as sepulturas estavam seladas, o ritual de inumação em caixões de madeira e a ausência de espólio é significativo. Todavia, verifica-se o mesmo esmero construtivo dos túmulos do Alto-Império e escassas diferenças no aparelho das paredes.

Reunindo os dados registados nos trabalhos arqueológicos de Julho-Agosto de 2000, e os elementos recolhidos em 1957, julgamos poder afirmar que a necrópole de S. Vítor foi um espaço funerário de longa duração, que remonta ao Alto-Império e perdurou, talvez sem hiatos, até à Alta Idade Média, até ao momento em que foi demarcado o adro da igreja do século IX, onde jaz, por certo, um segundo espaço funerário.

Por motivos que ignoramos a igreja citada no documento do século IX, foi edificada do lado norte da VIA XVII, embora no mesmo alinhamento do que pensamos ter sido, conforme vimos, um pequeno templo paleo-cristão (fig. 2).

De qualquer modo, uma vez que a igreja paroquial, e o seu adro, não se encontram muito distantes da necrópole romana e paleo-cristã, podemos considerar que este espaço sagrado e funerário constitui um fenómeno de longa duração, à semelhança de S. Pedro de Maximinos, outra das mais antigas paróquias de Braga.

Comparando o mapa da distribuição de sepulturas, publicado na revista *Bracara*

*Augusta*, com as descobertas no ano passado verifica-se que o limite setentrional da necrópole coincide com o extremo norte do pavimento de *opus signinum*.

Não foi possível confirmar o prolongamento para sul da área de necrópole, mas, como já referimos, tudo indica que ainda se conservam sepulturas sob o jardim da escola, de acordo com o limite meridional dos achados.

### 3

## O contexto: a via XVII e o cadastro de *Bracara Augusta*

### 3.1

#### O cadastro de *Bracara Augusta*

Sabemos hoje que o território envolvente de *Bracara Augusta* foi dividido numa malha cadastral, que prolonga os alinhamentos da cidade romana. Este cadastro, estabelecido no século I d. C., conservou-se até ao século XX, nos caminhos vicinais, nos limites de propriedade e na textura dos campos, sendo perfeitamente legível nos fotogramas aéreas dos anos 40 e 50, bem como na carta 1: 25 000 (edição antiga) (figs. 2 e 1).

A par do cadastro um dos elementos estruturantes desse território eram as duas vias que ligavam a *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, duas sedes de *conventus*, ou seja capitais político-administrativas e jurídicas de vastas áreas, uma situada na orla atlântica, a outra no extremo ocidental da Meseta Norte.

A nascente da urbe bracarense, o tecido paisagístico era cortado pela chamada via XVII do Itinerário de António<sup>11</sup>, que se dirigia para *Asturica Augusta*, por *Aquae Flaviae*.

Considerando que o cadastro se manteve intacto até ao meados do século XX, e que dispomos de elementos para definir o traçado da via XVII, é possível adiantar uma proposta de reconstituição do espaço a leste de *Bracara Augusta*.

Já o eng. Amorim, em 1957, a propósito da descoberta das sepulturas da actual Rua Martins Sarmiento, atribuía uma origem romana à Cangosta dos Torneiros, que ia da rua de S. Vítor até ao rio Este. Na verdade, esse eixo enquadra-se na orientação do cadastro que rodeava a cidade de *Bracara Augusta*.

Admitimos, sem reservas, que a Cangosta dos Torneiros teve origem directa num *diverticulum* romano. Segundo o engenheiro Amorim era um caminho lajeado. Considerando que, no interior da própria urbe, já se demonstrou, através de trabalhos arqueológicos exaustivos, a pervivência milenar de algumas ruas, como a Rua Verde (Lemos e Leite 2000)<sup>12</sup>, não custa aceitar a antiguidade daquela Cangosta.

Todavia, não é o único testemunho. Há uma lógica e uma coerência na distribuição dos eixos viários envolventes de Braga, representados nos mapas e nos fotogramas, que permite deduzir a malha suburbana da época romana, de maneira segura.

Como se inseria a necrópole de S. Vítor e a possível *villa*, neste espaço?

Para tanto vamos tentar recuar no tempo, percorrendo o caminho entre a porta leste da cidade de *Bracara Augusta* e a milha I, ou seja cerca de 1500 metros.

### 3.2

#### A Via XVII e os *diverticula* ao longo da milha I

Supondo que caminhávamos de *Bracara* para *Asturica*, por *Aquae Flaviae* (Chaves), após ter saído pela porta leste da cidade, situada algures na Praça Carlos Amarante, atravessava-se a vasta necrópole que se estendia ao longo da via, pelo menos cerca de trezentos metros. Isto se admitirmos que o núcleo da Cangosta da Palha (Martins e Delgado 1989/90) seria o último<sup>13</sup>.

Ao longo da via, derivavam sucessivos *diverticula* (caminhos secundários).

O primeiro desses entroncamentos, logo adiante da porta da urbe romana (a cerca de 158 metros), corresponde ao eixo das antigas ruas da Água e da

Ponte, actual Avenida da Liberdade, e dirigia-se para sul, com uma orientação similar à malha da urbe romana.

O segundo ficava a cerca de 648 metros da porta leste da cidade. A leitura da fotografia aérea, a interpretação dos primeiros mapas do século XIX e XX permite-nos localizá-lo no adro da Igreja da Senhora-a-Branca. Neste ponto dirigia-se para sul, até ao rio Este, um *diverticulum* que sobreviveu até aos primórdios do século na chamada Cangosta da Gavieiras, assim denominada numa carta de Braga de 1910. Esta Cangosta manteve-se, com a mesma orientação, na actual rua 31 de Janeiro (o nome inicial da nova artéria foi Avenida Salazar)<sup>14</sup>.

Recordamos que nesta área, na chamada Quinta das Portas, foram recolhidas duas epígrafes funerárias, uma das quais aparenta ser uma placa, eventualmente relacionável com um mausoléu. A outra é uma simples estela funerária, de difícil leitura. A primeira ostenta uma inscrição complexa, mas em que a antroponímia de origem grega coincide com a categoria social registada na inscrição (libertos). Terá existido no local uma pequena *villa* suburbana de que o liberto seria o proprietário? É uma hipótese. Todavia, nos desaterros em curso nos terrenos do palacete Mattos Graça (ou Rocha Veloso), acompanhados pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara, não se observaram indícios de construções romanas, ou mesmo materiais. De facto, o autor, acompanhado por José Manuel Freitas Leite, teve oportunidade de examinar um extenso corte aberto pelas máquinas no terreno a sul do supracitado edifício, e não detectámos alicerces de muros antigos, ou espólio. Assim, coloca-se a questão: as epígrafes remetem para uma pequena necrópole relacionada com uma encruzilhada, ou para uma *villa* ainda não identificada e cujas ruínas jazem na área adjacente à Igreja da Senhora a Branca. Este Igreja surge representada no mapa de Georg Braun, de 1594: *Divae Mariae aedes*.

Para norte abria-se, neste cruzamento, um outro caminho secundário correspondente, sensivelmente, ao eixo da Rua de Santa Margarida. Todavia, a leitura desta faixa já é mais complexa devido à circunstância de ter sido urbanizada na Idade Moderna. Este *diverticulum* terminava noutra via principal, a *VIA NOVA* (ou via XVIII, ou Geira), na zona das Ínfias. Como se sabe há referências medievais à *Villa Infidias*. No adro da Igreja de S. Vicente foi recolhida uma estela funerária do século VII (de 1 de Maio de 618).

Regressemos ao Largo da Senhora-a-Branca, retomando o trajecto da via XVII, fossilizado na rua de S. Vítor. Percorridos cerca de 234 metros, ou seja à distância de cerca de 880 metros da porta leste de *Bracara Augusta* encontramos um novo e terceiro entroncamento, no qual terminava o caminho secundário a que já nos referimos, por várias vezes: a Cangosta dos Torneiros. Esta cangosta é um outro testemunho do cadastro romano. Prolongava-se para sul até ao vale do rio Este, que vencia por uma ponte, já desaparecida.

Devemos admitir que, no cruzamento, se situava uma *villa*, talvez uma das mais importantes entre as que rodeavam a urbe bracarense no sentido leste. Seria uma *villa* de grandes dimensões, à semelhança da situada em Dume. Tudo indica que a necrópole que escavámos estaria relacionada com esta *villa*, provavelmente fundada no Alto-Império.

Tal como a de Dume, a *villa* de S. Vítor sobreviveu às convulsões do século VIII, sendo referida num documento do século IX (899), conservado em Santiago de Compostela: "*villam que est juxta fluvium Aleste territorium Bracharense ubi ecclesia Santa Victor est fundata cum vicus suis, id est: Efigies, Murgotos, Palatium e per terminos de Lamazares ...*" (Costa 1997, 103).

Considerando a extensão do seu termo a Igreja de S. Vítor parece ter perdurado como ponto central de um vasto espaço que por certo corresponderia aos limites da antiga paróquia, antes de serem criadas as freguesias urbanas de S. Lázaro, no século XVIII, e de S. Vicente, no século XIX, bem como outras, rurais.

Os dados arqueológicos que testemunham a necrópole relacionada com esta *villa* foram já descritos. Sobre o local de implantação da *villa* os elementos disponíveis são escassos.

Quando se procedeu à instalação de um anexo à residência paroquial, foram encontrados materiais cerâmicos. No pátio, entre a residência e o corpo da Igreja observam-se várias colunas que nos parecem ser romanas.

Pode admitir-se que do lado sul da via XVII ficava a necrópole e do lado oposto a *villa*.

Para norte da possível *villa* existia um outro caminho secundário que sobreviveu, parcialmente, na actual rua de S. Domingos (antiga rua do Assento, nome bem expressivo). Este *diverticulum* também levava à VIA NOVA, à zona

do actual cemitério, ao ponto onde a Geira inflectia para norte em direcção à zona do Areal e onde teria sido descoberto um conjunto de miliários cujo destino se desconhece.

Regressando, de novo, a S. Vítor e à via para *Aquae Flaviae* e *Asturica*.

De S. Vítor a via XVII prosseguia para leste pelo traçado que a rua D. Pedro V cristalizou, inflectindo, de seguida e ligeiramente para noroeste, numa curva quebrada, continuando pela rua de Santa Cruz.

No trajecto final da rua de Santo Cruz, a sul, numa urbanização recente, na rua Padre Manuel Alaio foi achado, em 1985, um marco do Imperador Tibério, erigido no ano 32 d. C. e assinalando a milha I a *Bracara Augusta* (entre o Largo Carlos Amarante e o local da descoberta do miliário, de acordo com o provável traçado da via, medem-se cerca de 1 500 metros)<sup>15</sup>.

Já passada a milha I o caminho romano descia ligeiramente para atravessar o pequeno vale de um afluente do Rio Este. Como seria transposta esta ribeira, que ainda leva bastante água, quando chove com intensidade, conforme verificámos em Fevereiro de 2000? Talvez pelo mesmo processo que ainda se conserva no tramo da rua de S. Vítor Velho. Ou seja, por uma série de lajes transversais, de modo a prolongar a calçada. Não queremos dizer que as lajes, que ainda persistem, sejam romanas. Por certo são muito posteriores. Mas, as substituições faziam-se ao longo dos séculos, sem quebrar uma solução já estabelecida.

Neste ponto, exactamente a sudeste da travessia da ribeira fica outra igreja, a de S. Vítor o Velho. É neste local que o Avelino Jesus da Costa situa a *ecclesia S. Victor*, com base no topónimo.

Por ora, enquanto não se descobriam novos elementos arqueológicos em S. Vítor a proposta de Avelino Jesus da Costa é uma hipótese em aberto, tão sustentável como a que apresentamos (em nosso entender a igreja paroquial de S. Vítor seria o templo mencionado no documento do século IX).

Para sul da igreja de S. Vítor o Velho sobreviveram até 2001 campos de cultivo, atravessados pelo citado ribeiro. A orientação destes campos é sudeste-noroeste, ou seja, de acordo com os eixos da cidade romana, documentados por mais de vinte e cinco de escavações.

Quanto à via XVII esta continuava pelas ruas de S. Vítor Velho e do Pulo, descrevendo um arco alongado.

Neste ponto terminamos este breve percurso pela Via XVII.

E a fechar este trajecto e porque as palavras ficam, por vezes, aquém das imagens, remetemos para um postal, datado do princípio do século e publicada no livro de José Manuel de Silva Passos (1996, 30). A panorâmica (fig. 14), obtida a partir do Bom Jesus, é notável e faculta uma leitura ampla do traçado da via desde o Largo da Senhora-a-Branca até à quinta dos Peões, numa época em que os arredores ainda estavam limpos das urbanizações, que hoje a asfixiam e mutilam.

## 4

### Considerações finais

Atacada por exércitos muçulmanos no séculos VIII e IX, revolvida pelos especuladores imobiliários do século XX, apesar de tudo a memória material de *Bracara Augusta* sobreviveu e descobrem-se sempre novos elementos, quando se acompanha com cuidado a renovação do tecido urbano.

Assim, não queremos concluir sem um apontamento de ordem patrimonial.

Não se compreende que estando a Igreja de S. Vítor classificada (Imóvel de Interesse Público, Decreto 129/77 de 29 de Setembro de 1977) e que tendo sido publicada a descoberta da necrópole da Rua Martins Sarmiento em tempo oportuno, o Instituto Português do Património Architectónico não tenha condicionado a demolição e reconstrução do prédio n.º 194-204 da rua de S. Vítor, a escavações, ou sondagens prévias.

Dada a importância do sítio propomos desde já que o IPPAR estude uma zona de protecção à Igreja de S. Vítor de modo a que se defendam os valores patrimoniais com ela relacionadas, designadamente a necrópole.



Fig.1 – Braga. Carta Militar (escala 1:25000), edição de 1948.



Fig. 2 – Fotografia de Braga e arredores. Voo RAAF de 1946.

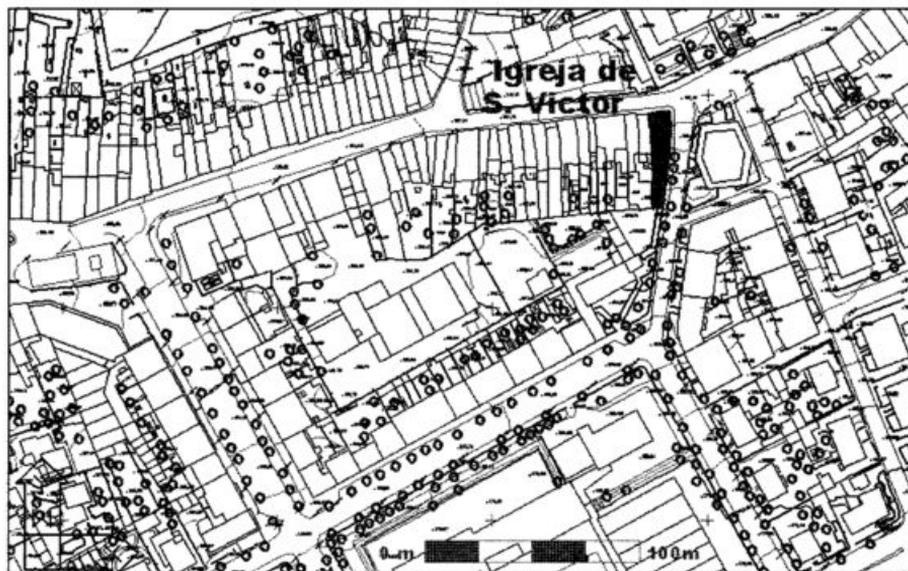


Fig. 3 – Área escavada no logradouro do prédio n.º 194-204.

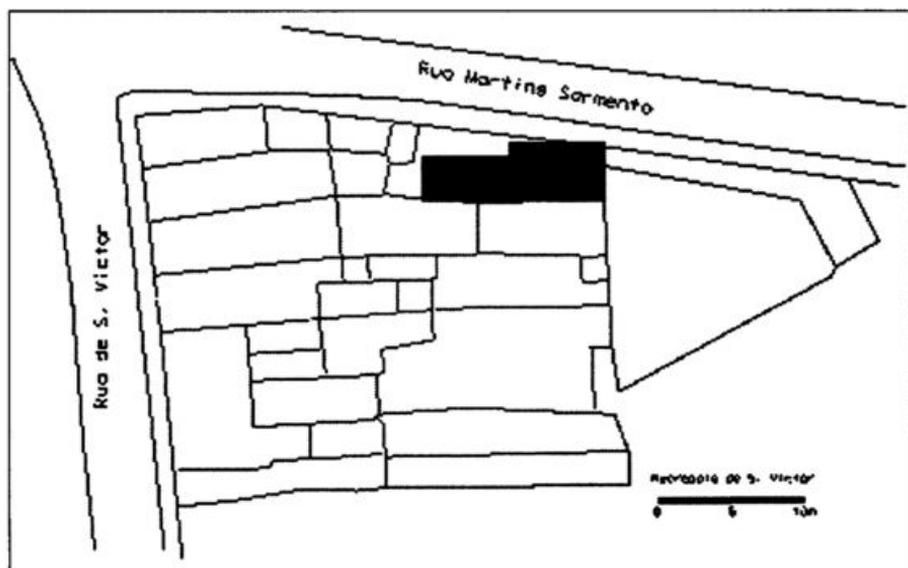


Fig. 4 – Localização do prédio n.º 194-204 da rua de S. Vitor.



Fig. 5 – Quadrícula da área escavada.

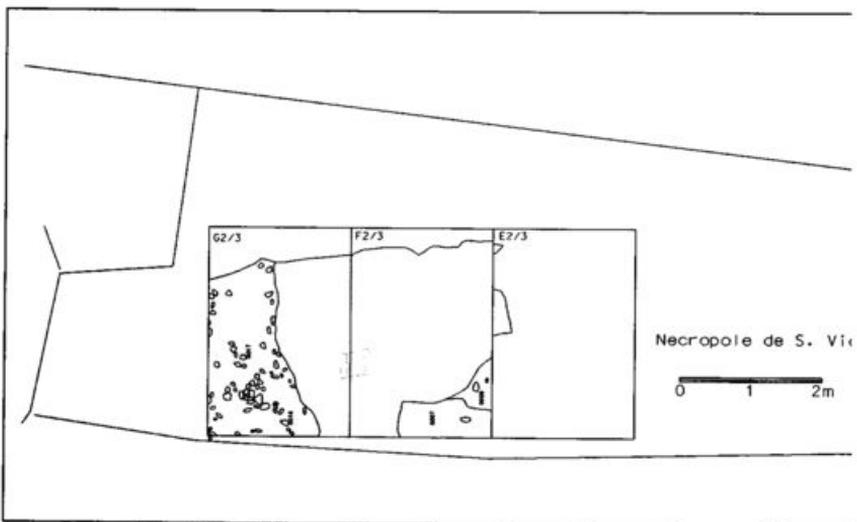


Fig. 6 – Pavimento em *opus signinum*.

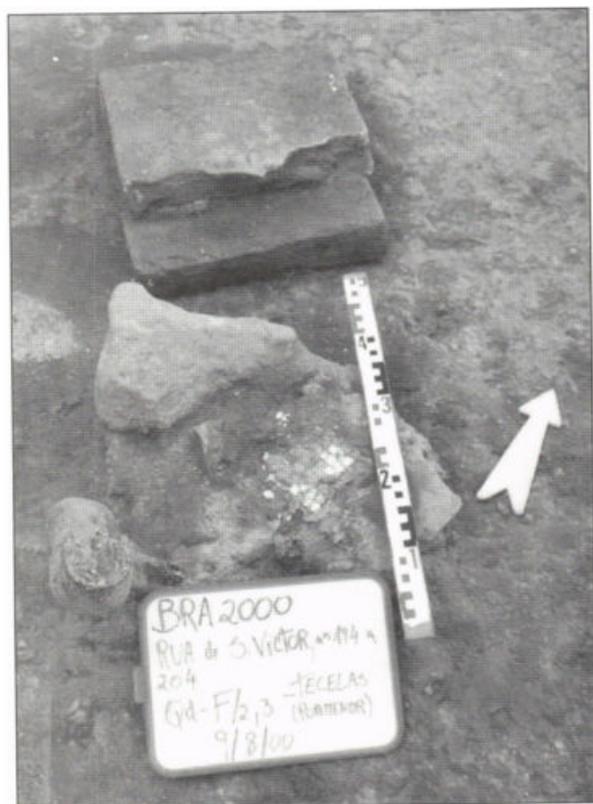


Fig. 7 – Pavimento em *opus signinum*: restos de mosaico.



Fig. 8 – Perspectiva do pavimento em *opus signinum*.

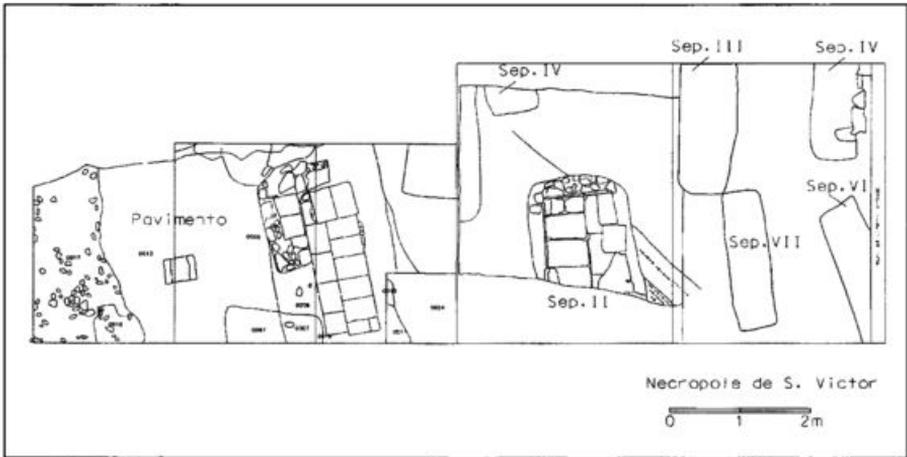


Fig. 9 – Planta das sepulturas em relação com o pavimento de *opus signinum*.



Fig. 10 – Muro da sepultura 1, encaixado no sub-estrato rochoso.

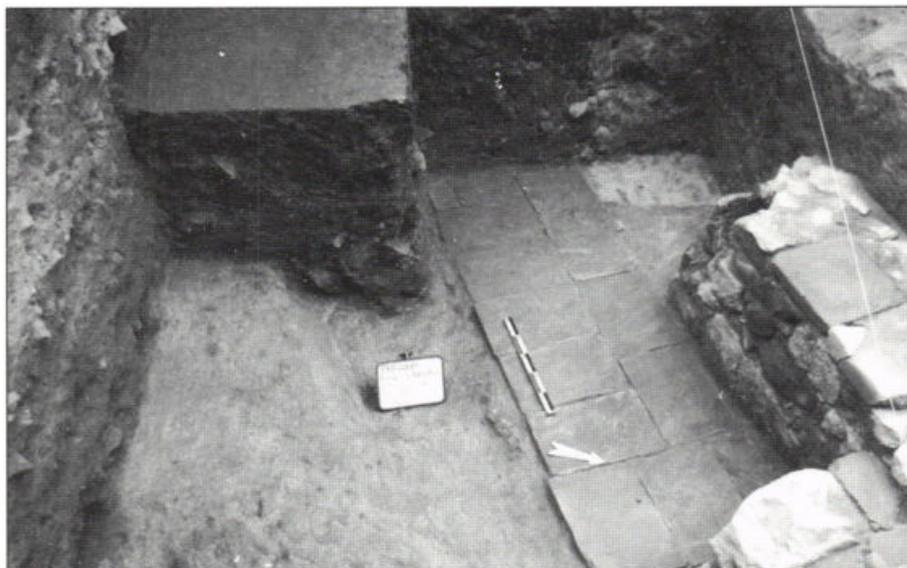


Fig. 11 – Fundo da sepultura 1.



Fig. 12 – Sepultura 2.



Fig. 13 – Sepultura 2. Fundo e paredes laterais em tégulas.



Fig. 14 – Panorâmica da zona de S. Vitor, a partir do Bom Jesus (reprodução de um postal).

## Notas

<sup>1</sup> Esta conferência foi proferida em 14 de Fevereiro de 2001.

<sup>2</sup> Cumpre-nos agradecer o contributo dos Drs. Manuela Delgado, Rui Morais e Luís Fontes, que classificaram os materiais.

<sup>3</sup> Lamenta-se que a demolição das fachadas sul e leste, bem como das paredes interiores, não tivesse sido acompanhada, pois que poderia ter sido detectada alguma epígrafe ou elemento arquitectónico, reutilizados. O autor apenas soube da obra por mero acaso, quando se desviou do seu trajecto habitual para casa, a fim de comprar um medicamento na Farmácia Henriquina, que fica na rua de S. Vítor. Imediatamente, entrou em contacto com o Gabinete de Arqueologia da CMB.

<sup>4</sup> Formada pelo assistente de arqueólogo João Rui Sousa e pelos auxiliares técnicos João Manuel Lopes de Matos, António Barbosa e David Fernandes.

<sup>5</sup> As datas limites não correspondem, exactamente, ao número de dias úteis de trabalho no campo, já que houve algumas pequenas interrupções, relacionadas com o andamento da obra, ou com problemas de segurança, como aconteceu na fase final, junto ao muro limite com o recreio da escola primária.

<sup>6</sup> Este acompanhamento foi feito directamente pelo autor deste texto, coadjuvado pelo Dr. Mário Cruz, arqueólogo e colaborador da Unidade de Arqueologia.

<sup>7</sup> A quadrícula foi implantada pelo Dr. José Manuel Freitas Leite, arqueólogo e técnico superior da Unidade de Arqueologia.

<sup>8</sup> Todavia, nas fotografias publicadas apenas se observam dois elementos, parecendo-nos que um deles é um capitel e não uma base de coluna. Por comparação com os fragmentos de tégula que surgem nas mesmas fotografias, julgamos que o tamanho das colunas que integravam a possível fachada principal se articulam com as medidas dos pilares interiores em tijoleira.

<sup>9</sup> Dados inéditos. A divulgação desta necrópole está a ser preparada. Os materiais arqueológicos já foram classificados.

<sup>10</sup> De acordo com as fotografias teríamos optado por classificar a forma como rectangular.

<sup>11</sup> Desconhece-se o nome latino desta via. O ordenamento numérico das vias, conforme é citado pelos arqueólogos, obedece à edição holandesa de 1786 do Itinerário de Antonino.

<sup>12</sup> A Rua Verde (nome medieval) foi usada como tal desde a primeira metade do século I d. C. até 1881, altura em que foi aberta a Rua Frei Caetano Brandão.

<sup>13</sup> O Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga realizou sondagens em dois terrenos da rua do Raio, sem ter encontrado sepulturas, como eu próprio verifiquei.

<sup>14</sup> O respeito pelos limites das propriedades terá sido determinante, sem dúvida, na manutenção até ao século XX do cadastro romano.

<sup>15</sup> A referência a *Bracara Augusta* é perfeitamente legível; contudo não indica a distância. Todavia é, sem dúvida a milha I, pois do local do achado à porta leste da urbe, distam cerca de 1500 metros.

## Bibliografia

- COSTA, Avelino Jesus da (1997) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, I, Braga, 2.ª ed. Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 342 p.
- COSTA, Luís (1979) – *A Igreja de S. Vítor*, ed. Paróquia de S. Vítor, Braga, 21 p.
- FONTES, Luís (1994) – *Inventário de Sítios e Achados do Concelho de Braga*, sep. da *Mínia*, 2.ª Série, ano 1, 1993, pp. 31-38.
- LEMOS, F. S. e LEITE, J. M. F. (2000) – Trabalhos arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas, *Forum*, 27, Braga, pp. 15-38.
- MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989/90) – As necrópoles de Bracara Augusta. Os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7, Braga, pp. 41-186.
- PASSOS, José Manuel da Silva (1996) – *O Bilhete Postal Ilustrado em Braga*, ed. Caminho, 173 p.
- PINTO, Sérgio da Silva e ATHAÍDE, Alfredo de (1957) – A necrópole de S. Vítor – Braga (séc. IX-X), *Bracara Augusta*, 8, n.º 1-2 (35-36), Braga, pp. 106-118.

## Anexo: descrição das sepulturas

### Sepultura 1

Sector: F2, F3; E2, E3

Escavada no substrato rochoso (arena granítica).

Sem cobertura.

Dimensões da cavidade: 2,70m de comprimento; 1,60m de largura.

Caixa sepulcral: paredes laterais formadas por aparelho de pedra e tijolos; fundo de tijolos assentes na rocha.

Dimensões do interior: 2,10m de comprimento; 0,70m de largura.

Material recolhido: fragmentos de cerâmica comum romana, micácea, (alto-imperial), incluindo 2 tessalae em cerâmica.

### Sepultura 2

Sector: C2, C3; D2, D3

Escavada no substrato rochoso (arena granítica).

Sem cobertura.

Caixa sepulcral: paredes laterais formadas por tégulas apoiadas contra um enchimento de pedra miúda; fundo coberto com tijoleira.

Dimensões:

- 1) da cavidade: 1,60m de comprimento observável; 1,40m de largura);
  - 2) da caixa sepulcral: 1,30m de comprimento observável; 0,45m de largura).
- Cota média do fundo: 186,98 metros.

Truncada a poente pelo abertura do poço meeiro.

Espólio: 1 pedra de anel\*; 1 fragmento de vidro de cor verde gelo de forma indeterminada; 1 fragmento de uma peça de *terra sigillata* hispânica alto-imperial (forma Drag. 27; 2.ª metade do século I); 1 fragmento de forma indeterminada de paredes finas de produção *Bética* (do período flávio).

### **Sepultura 3**

Sector: D3

Escavada no substrato rochoso (arena granítica).

Sem cobertura.

Caixa sepulcral não observável (saqueada?).

Dimensões da cavidade: 1,80m de comprimento observável; 0,80m de largura.

Cota média do fundo: 187,75 metros.

Truncada a leste pelo muro do logradouro.

Material recolhido: 18 fragmentos de cerâmica comum romana.

### **Sepultura 4**

Sector: D3

Escavada no substrato rochoso (arena granítica).

Sem cobertura.

Sem caixa sepulcral (saqueada?).

Dimensões da cavidade: 0,40m de comprimento observável; 0,70m de largura na extremidade poente.

Truncada a leste pelo muro do logradouro.

Cota média do fundo: 187,65 metros.

Material recolhido: 12 fragmentos de cerâmica comum romana; 1 pequeno fragmento de cerâmica bracarense e 1 pequeno fragmento de lucerna indeterminável.

### **Sepultura 5**

Sector: A3,A4; B3,B4

Escavada no substrato rochoso (arena granítica).

Sem cobertura.

Caixa sepulcral: fragmentos de tégulas, indicando um túmulo análogo à sepultura 2.

Dimensões da cavidade: 1,40 m de comprimento observável; 0,60m de largura.

Truncada a leste pelo muro do logradouro.

Cota média do fundo: 187,82 metros.

Material recolhido: –

### **Sepultura 6**

Sector: A2, A3

Escavada no substrato rochoso (arena granítica).

Sem cobertura.

Sem vestígios da caixa sepulcral.

Dimensões da cavidade: 2,10m de comprimento; 0,68m de largura.

Truncada na extremidade sudoeste pelo muro que separa o logradouro da escola, a sul.

Cota média do fundo: 187,84 metros.

Material recolhido: –

### **Sepultura 7**

Sector: B2, B3

Escavada no substrato rochoso (arena granítica).

Sem cobertura.

Sem vestígios da caixa sepulcral.

Dimensões da cavidade: 2,0m de comprimento; 0,60m de largura.

Cota média do fundo: 187,58 metros.

Material recolhido: –